

O CULTO POPULAR DE S. BENTO

— Uma forma de terapêutica religiosa —

por **Geraldo J. A. Coelho Dias**

A religião, enquanto fenómeno humano e plural, pode e deve estudar-se numa perspectiva antropológica. Daí a apetência com que, hoje, as ciências humanas, (etnologia, psicologia e sociologia) se debruçam sobre as religiões e fazem da religião popular o seu campo preferencial de estudo. A elas se deve, no campo cultural, a revivescência e o retorno do sagrado. Daí também, as diversas metodologias ou escolas que fazem a hermenêutica da religião: evolucionista, difusionista, funcionalista, estruturalista, sociológica.

Mas a antropologia, mesmo pluridimensional, não pode, dogmaticamente, assumir-se como a religião da cultura que, por isso mesmo, tivesse de ser anti-religiosa e exclusivista em relação às diversas formas de prática e vivência religiosa. Terá também de ter em conta os dados teológicos das respectivas religiões para não ver apenas a religião por fora e de viés.

A religião, como sistema simbólico, é indispensável a qualquer sociedade porque, conforme dizia Emílio Durkheim, «uma ilusão não dura assim séculos». Numa célebre conferência sobre «o futuro da religião», aquele sociólogo, ateu, dirigindo-se a qualquer estudioso das religiões dizia: «pedir-lhe-ei simpatia». E acrescentava: «Não pode haver interpretação racional da religião que seja essencialmente irreligiosa... nada mais contrário ao método científico»¹.

¹ DURKHEIM, Émile — *A ciência social e a acção*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975, 281s.

A religião é, na verdade, um fenómeno complexo e englobante, onde se faz a simbiose do humano e do divino, do profano e do sagrado, do relativo e do absoluto, do imanente e do transcendente. Por ela, o homem faz a descoberta do outro; tem, como dizia Rudolfo Otto, o palpito do *Ganz Anderes*, o «totalmente outro»².

Por isso, a religião, qualquer que ela seja, transparece sempre em duas coordenadas, geradoras de admiração e temor. A admiração conduz à festa, ao louvor em honra de Deus e seus santos; o temor leva à súplica, oração e sacrifício em favor do homem.

O culto de S. Bento fornece-nos um caso paradigmático da religião católica onde, à luz da antropologia, é fácil verificar o distanciamento entre religião oficial, controlada e fiscalizadora, e religião popular, espontânea e anómica.

Jesus Cristo, com seus milagres e seus actos taumatúrgicos sobre os doentes, criou a ideia de que o cristianismo, sendo a religião da salvação, é também a religião da saúde. Jesus é o grande médico das almas e o terapeuta dos corpos enfermos, o «Senhor da Saúde», o «Senhor dos Milagres»; com Ele e pelos seus méritos, o cristianismo formou a longa teoria dos santos curandeiros, patronos e advogados contra todos os males do corpo e doenças.

Se a mãe de Jesus, qual mãe carinhosa da humanidade, é a «Senhora da saúde», a Mãe de Misericórdia, não faltam, depois, os santos curandeiros³ especializados: Santo Antão/Santo António para as doenças dos animais, Santo Amaro para os ossos, Santa Ana para a cabeça, Santa Apolónia para os dentes, S. Bartolomeu para a gaguez, S. Bento para as coisas rurais e males desconhecidos, S. Brás para a garganta, Santa Luzia para os olhos, Santo Ovídeo para os ouvidos, etc., etc.

A religião, na sua vertente popular, sempre interesseira e imediatista, cai facilmente no domínio do mágico. Constitui assim, um *corpus* de crenças e tradições devidamente ritualizadas e periódica ou ciclicamente celebradas para impetrar o auxílio de Jesus e seus santos na defesa contra os males biológicos. É esta uma prática que se encontra em todas as religiões e já vem do paganismo greco-romano com os ex-votos a Esculápio, deus da medicina⁴.

² OTTO, Rudolf — *O Sagrado*, Lisboa, Edições 70, 1992.

³ BENZA, Alban — *Les Saints Guérisseurs du Perche-Gouet*, Paris, Institut d'Éthnologie-Musée de l'Homme, 1978; DELUMEAU, Jean — *Rassurer et Protéger. Le sentiment de sécurité dans l'Occident d'autrefois*, Paris, Fayard, 1989; TAVARES, Jorge Campos — *Diccionario de Santos*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1990.

⁴ RICHEL, Jean — *Géographie sacrée dans le monde romain*, Paris, Guy Trédaniel Éditeur, 1985.

A religiosidade popular, por vezes bastante ambígua pois dirigindo-se às forças misteriosas quer do bem quer do mal, é fundamentalmente interesseira, epidérmica, sem teorias, sempre baseada no automatismo psíquico e corporal e em mecanismos lógicos inconscientes. Vejamos, então, como funciona o culto popular de S. Bento.

S. Bento é um santo italiano do séc. VI, nascido em Núrsia (480) e que foi morrer em Monte Cassino (547), 120 kms, a sul de Roma. A sua vida escrita no começo do séc. VII pelo papa S. Gregório Magno, no livro II dos Diálogos⁵, baseia-se certamente em testemunhos de pessoas quase contemporâneas, mas está redigida dentro do género literário da «exemplaridade» bíblica, estando, por isso, cheia de milagres «anedóticos» e paradigmáticos. O que verdadeiramente constitui o seu título de glória é a *Regra Beneditina*⁶, norma de vida monástica, que ele teria escrito, e a *Ordem Beneditina*, que ele fundou, única do Ocidente anterior ao Ano Mil e que perpetua através dos tempos a memória da pessoa e da sua acção. Graças à obra cultural e evangelizadora dos seus monges, S. Bento mereceu ser proclamado pelo Papa Paulo VI (24/X/1964) «Padroeiro da Europa», enquanto a sua obra é, nos nossos tempos, símbolo e expressão, do desejo de unidade da Comunidade Europeia.

A religião católica oficial, através do culto litúrgico, honra S. Bento com duas festas: a *21 de Março*, festa do *Trânsito*, isto é, da morte de S. Bento — é o S. Bento da Primavera ou do cuco, como diz o povo; a *11 de Julho*, festa da *Solenidade* ou *patrocínio*, isto é, da *Trasladação das Relíquias*, agora o S. Bento, Padroeiro da Europa, — e que é o S. Bento do Verão ou das pêras (*pedras*), como diz o mesmo povo.

Desde logo se vê, como, liturgicamente, S. Bento está ligado ao ciclo agrário da Primavera/Verão, constituindo portanto, as suas festas uma ocasião ou situação etnográfica privilegiada para o estudo dos quadros espaciais, temporais e sociais.

Sendo um santo monástico, portanto do mundo conventual, elitista, como é que S. Bento se tornou um santo popular? Sem dúvida, por influência dos monges beneditinos, que instigavam a devoção das gentes dos coutos dos seus mosteiros e das terras que lhes eram foreiras.

⁵ SÃO GREGÓRIO MAGNO — *II Livro dos Diálogos: Vida de S. Bento*, Porto, Mosteiro de S. Bento da Vitória/Edições Ora & Labora de Singeverga, 1993.

⁶ REGRA DO PATRIARCA S. BENTO, 2.^a ed., Singeverga, Edições Ora & Labora, 1992.

S. Bento é o «advogado das coisas ruins e dos males desconhecidos», constituindo o seu culto uma autêntica terapêutica religiosa, o que o torna verdadeiro santo milagreiro, autor de curas espantosas, acima dos méritos de qualquer médico⁷.

Em Portugal, o culto de S. Bento apresenta dimensões curiosas e diferenciadas conforme as regiões.

Há, de facto, duas maneiras de cartografar o culto de S. Bento:

1.^a — *Geográfico-religiosa*, tendo em conta os lugares que o têm como padroeiro ou titular.

2.^a — *Geográfico-festiva*, referindo as festas e romarias com que é celebrado no culto.

O primeiro aspecto leva-nos para o Alentejo, onde S. Bento é padroeiro de várias freguesias e lugares: S. Bento, a 3 km de Estremoz, na estrada para Montemor-o-Novo; S. Bento do Cortiço, a 13 km. na estrada para Portalegre; S. Bento de Ana Laura, a 12 km na estrada para Portalegre; S. Bento do Mato, a 15 km na estrada para Évora, S. Bento do Jambujal a 10 km na estrada do Redondo/Évora; Aldeia/Vila Nova de S. Bento, a 15 km na estrada de Vila Velha do Ficalho. Certamente que esta predominância de S. Bento no Alentejo se deve á devoção das Ordens Militares ao tempo da Reconquista, pois todas seguiam a *Regra de S. Bento* proposta por S. Bernardo. Mas, o que é curioso, é que S. Bento não é particularmente cultuado.

O segundo aspecto, geográfico-festivo, verifica-se no Entre Douro e Minho, onde apenas se constata uma freguesia, a da Várzea — Barcelos —, sob o patrocínio de S. Bento, enquanto que o seu ciclo reveste a dimensão de autênticas romarias populares a celebrar os poderes apotropaicos e terapêuticos do santo, multiplicando capelas e imagens.

A razão da diferença está, sem dúvida, na influência devocional dos monges beneditinos, que, no Entre Douro e Minho, tinham 16 mosteiros e também dos cistercienses. Baseados nos factos narrados por S. Gregório, os monges, com um grande sentido de percepção da religiosidade popular, impuseram S. Bento como um santo particularmente atento aos problemas da saúde, qual *Ersatz* de Esculápio, o deus romano da medicina.

Tendo S. Bento lutado com o demónio e tendo sido livre de morrer envenenado, reconhecem-se-lhe poderes apotropaicos e propiciatórios: afastar o demónio e espíritos maus, preservar de terramotos, tempestades, raios e trovões. Também se lhe atribuem forças terapêuticas sobre

⁷ SOUSA, D. Gabriel de — *S. Bento na história e na tradição popular*, 1956, Separata de «O Concelho de Santo Tirso — Boletim Cultural», Vol. IV, N.º 3, 1956.

doenças da pele ou males ruins: curar antrazes, verrugas, cravos, todas as excrecências carnudas e cancos.

S. Bento é ainda invocado contra os maus vizinhos da porta. E porquê? Conta o papa São Gregório Magno que o padre Florentino, um clérigo da região onde S. Bento vivia, apoucado pela atracção que o nosso santo exercia sobre o povo, lhe pôs a dançar junto do mosteiro um grupito de sedutoras donzelas para assim inquietar os jovens monges. Desse modo, sem entrar em contendas com um vizinho do mesmo ofício, S. Bento deslocou-se com seus religiosos para Monte Cassino⁸.

Eis porque, no inconsciente religioso popular, este santo é piedoso e reverentemente invocado como «Senhor S. Bentinho». Para ele todo o respeitinho é pouco já que, dada a frequência e revivescência dos cravos e verugas, é considerado um santo «vingativo» contra os que não cumprirem escrupulosamente as promessas feitas.

É por isso que o culto de S. Bento, além das festas litúrgicas, se caracteriza pelas romarias e promessas, maneira religiosa de «pagar» ou satisfazer as promessas nos lugares onde é, popularmente, venerado e não propriamente nos mosteiros: S. Bento da Porta Aberta, Gerês; S. Bento da Porta Aberta, Cossourado — Paredes de Coura; S. Bento do Ermelo, Soajo; S. Bento do Cando, Gavieira — Arcos de Valdevez; S. Bento de Fiães — Melgaço; S. Bento de Seixas, Caminha; S. Bento de Vairão, Vila do Conde; S. Bento da Várzea, Barcelos; S. Bento do Hospital, Braga; S. Bento de Donim (antigo Couto de Tibães), Póvoa de Lanhoso; S. Bento de Santo Tirso; S. Bento de Abadim, Fafe; S. Bento das Pêras, Vizela; S. Bento das Pêras, Rio Tinto; S. Bento em S. Cosme do Vale, V. N. de Famalicão.

As práticas populares do culto de S. Bento relacionam-se sobretudo com o cumprimento das promessas, segundo a concepção interesseira do «do ut des», e ainda com o uso de objectos benzidos que funcionam, ao nível da mentalidade popular, como amuletos mágicos ou talismãs apotropaicos.

Quanto às promessas, há a salientar o cada vez mais raro costume dos romeiros, agrupamentos de pessoas que, a cantar versos gratulatórios, acompanham algum miraculado à capela onde, com vestes de promessa, vai agradecer ao santo:

«Ó S. Bento milagroso,
nós cá vimos a chegar.
Botai-nos a vossa bênção
Lá de riba do altar!

⁸ *Vida de S. Bento*, Cap. VIII, pg. 78-79.

Ó S. Bento milagroso,
 Eu aqui vos venho ver.
 Por me dardes a saúde
 Quando eu estava a morrer».

Às vezes, o miraculado leva um ramo na boca para não quebrar a promessa de só falar quando tiver agradecido ao santo.

Não raro, a satisfação da promessa reveste um certo masoquismo penitencial como, por exemplo, fazer de joelhos a subida do rio Cávado ao S. Bento da Porta Aberta, ou dar voltas de joelhos à capela do santo.

Depois, é a bicha de espera para ir ao galarim beijar a imagem de S. Bento.

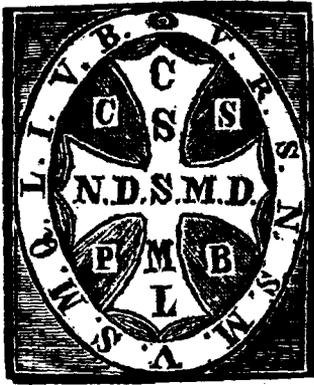
As ofertas a S. Bento devem ser de coisas brancas, homogenia com a cor da pele em que as doenças se manifestam; ovos, açúcar, sal, farinha, moedas brancas (prata), e cravos, quando se trata de verrugas ou cravos. No alto do monte de São Bento das Peras (Pedras), sobranceiro a Vizela, e cujo documento mais antigo com o nome de «Monte de S. Bento» — *Mons de Sancto Benedicto* — remonta a 1195⁹, ainda encontramos o costume de, por promessa, se cair de branco os pene-dos que, como quistos graníticos, circundam a Capela do milagroso S. Bento.

A cera, essa reserva-se para os cassos de males ruins ou doenças desconhecidas, isto é, os cancos. Ou se oferecem brandões com o pexo ou a altura do doente, ou então partes do corpo quando a doença já está determinada.

Juntando as ofertas de cera, quase se pode reconstituir o conjunto anatómico do corpo humano: cabeças, pescoços, braços, pernas, estômagos, intestinos, rins, bexiga, coração, seios.

Por vezes, o culto de S. Bento sofre uma certa ambiguidade pois, na sua dimensão apotropaica, nem sempre se distingue bem se ele é dirigido às forças do bem (S. Bento) se às forças do mal (o demónio). Registe-se na Várzea, Barcelos, a capela de S. Bento (ou do Diabo, como diz o povo), dado que, ali, o demónio aparece em grande plano a tentar o santo. Mas, no domínio apotropaico, há que referir dois objectos religiosos que são queridos do povo: a Medalha e a Regra.

⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho*, Maço 1, Documento N.º 20.



1.º — *A medalha miraculosa de S. Bento*. teve, sem dúvida, uma origem mágica, como amuleto, desde o séc. XVI. Apresenta-se em forma circular ou oval com a chamada cruz de S. Bento rodeada de letras de ensalmo contra o demónio: C.S.P.B.// //C.S.S.M.L.//N.D.S.M.D.//V.R.S.// //N.S.M.V.//S.M.Q.L.//I.V.B. = «*Cruz Santi Patris Benedicti // Cruz sancta Sit Mihi Lux//Non Draco Sit Mihi Dux//Vade Retro Satana/Non Suades Mihi Vana/Sunt Mala Quae Libas/Ipse Venena Bibas*» = «*Cruz do Patriarca*

S. Bento//A Santa Cruz seja a minha Luz//Não seja o dragão o meu Guia//Retira-te Satanás//Não me sugiras coisas vãs//Há males que ofereces//Tu mesmo bebas o veneno». Terá surgido na Alemanha o uso desta venera ou verónica em agradecimento pela cura duma mordedura de serpente venenosa. O miraculado teria sido depois o papa Leão IX (1048-1054). No séc. XVI, um monge de Metten, Baviera, fez a pintura com as letras, a qual está na origem da medalha miraculosa que o papa Bento XIV aprovou em 1742. Em 1647, na região de Metten, umas bruxas realçavam o poder da medalha como antídoto contra males ruins e venenos maléficos, pois onde está a medalha de S. Bento com a cruz não entra o poder do demónio e fica anulada a acção dos obreiros de magia negra.

Em 1880 (14.º Centenário do nascimento de S. Bento) aparece a medalha jubilar (exclusiva do Mosteiro de Monte Cassino), que assume as virtualidades da medalha miraculosa e decalca a sua iconografia.

2.º — *As edições devotas da Regra de S. Bento*. A Regra de S. Bento é um monumento da vida monástica dos cenobitas no Ocidente Europeu, qualquer que seja a sua origem e pondo de lado a questão da prioridade da «*Regula magistri*»¹⁰. Como tal, teve imensas edições em latim e, desde cedo foi traduzida para português. Aparece referenciada duas vezes entre os livros de dona Mumadona Dias oferecidos ao mosteiro de Guimarães, em 959. Parece historicamente certo que a introdução da Regra de S. Bento, como norma prática de vida monástica só foi introduzida na Espanha no séc. XI pelos cluniacenses, após o concílio

¹⁰ SELLA Barrachina, Ventura — *Historia de la controversia Regula Magistri-Regula Sancti Benedicti*, «Yermo», Vol. 17, N.º 1, 1979, 163-169.

de Coyança (1055), dentro do movimento da reforma eclesiástica do papa Gregório VII e com a benevolência do rei Afonso VI de Leão¹¹. Em Portugal, o documento mais antigo, que a refere, é o de Alpen-durada de 1099 e não o de Paço de Sousa de 1087 (PMH, *Diplomata et Chartae*, n.º 678). Nos Códices de Alcobaça da Biblioteca Nacional de Lisboa encontram-se manuscritas algumas traduções¹². Belo códice é o do Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹³, com uma tradução de 1535, mandada executar pela abadessa do mosteiro de Semide, diocese de Coimbra.

A Regra de S. Bento, em português, tem, de certo modo, uma história literária, para a qual já José Joaquim Nunes chamou a atenção¹⁴. Da nossa parte, queríamos aqui apenas salientar a importância do número e significado de certas edições devotas da Santa Regra Beneditina, quase «liliputianas», minúsculas mesmo.

Várias Ordens Militares,

**REGRA DO
GLORIOSO PATRI-
ARCHA SAM BENTO, TIRADA DE
Latim em lingoajé Portugueza, por industria do
muito R. P. F. Placido Villalobos Geral
nesta Congregação de Portugal,**

Pois merecete naocer



Ella benefito merecer.

Bento em greça de nome, Bento,

Faze a arte ten Conuocro

*Foy impressa em Lisboa, com licença do supremo conselho
da Junta Inquisição, por Antonio Ribeiro, d. c. do
da Congregação de Sam Bento. 1586.*

(58)

¹¹ MATTOSO, José — *A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica*, «Bracara Augusta», Vol. XXX, N.º 69, 1976, 97-111.

¹² Biblioteca Nacional de Lisboa, *Inventário Códices Alcobacenses*, Cód. 14 = CCCXXIX; 44 = CCCXXVIII; 73 = CCCXXVI, 1-78; 223 = CCCXXXI, 1-48; 231 = CCC, 138-170.

¹³ ANTT, *Mosteiro de Semide*, N.º 3: *Regra da Ordem de S. Bento, 1535*. Trata-se dum códice encadernado em couro, mas muito deteriorado, com 96 folhas de pergaminho, medindo cada uma 265×165 cm., escrito em letras de tinta acastanhada. Os capítulos não são numerados, mas a inicial é desenhada a vermelho e a azul. No rosto traz esta informação: «Esta regra mandou trelladar a muyto vertuosa e discreta Senhora Dona Catherina Anriquez abadessa do mosteiro de Semide aa qual Nosso Senhor dee muytos annos e dias de vida em seu estado e prosperidade com salvacam, Anno do Senhor de Mil e Vc. e XXXb».

¹⁴ NUNES, José Joaquim — *Regra de S. Bento*, «Revista Lusitana», XXI, 1918, 89-145; IDEM — *Evolução da Língua Portuguesa representada em tres lições*

através do ideal cavaleiresco de S. Bernardo e dos Cistercienses, adoptaram a Regra Beneditina como norma de vida espiritual. Assim, em 1516 publicava-se a Regra da Ordem de Avis com a primeira xilogravura de S. Bento¹⁵. Para além delas, temos as edições normais primitivas (5 conhecidas), não falando da «acomodação lacónica» de 1744 e do «Desempenho sagrado» de 1756, e bem assim as edições modernas e contemporâneas. A primeira edição portuguesa da Santa Regra feita pela Congregação Beneditina Portuguesa é de 1586 e a edição mais moderna é de 1992¹⁶. Todavia, para o caso da religiosidade popular à volta de S. Bento, queremos trazer à colação as regrinhas devotas que a piedade particular editou entre nós desde o séc. XVIII. Destas, de 1768 a 1902, pudemos inventariar 16: 1768, 1780, 1785, 1791, 1797, 1805, 1814, 1823, 1841, 1850, 1856, 1864, 1873, 1883, 1891, 1902.

Camilo Castelo Branco, que para além de romancista exímio foi um curioso recolector de usos e costumes do nosso povo, refere a prática de as pessoas trazerem ao pescoço, como amuleto de protecção, a Regra de S. Bento: «Pensava em empregar a sua grande fortuna em títulos fidalgos, e fazer-se imortal numa igreja que mandaria construir em Montalegre, dedicada a S. Bento, com três naves, e um jazigo na capela-mor...» e, comentava a seguir: «ele não acreditava em Deus nem na imortalidade da alma; mas tinha grande devoção com S. Bento; incomodava o Santo, quando picava a febre-amarela, com rogos e promessas; entregava-lhe nas viagens o cuidado das suas malas, como a um escudeiro, e o do seu fígado e do seu hidrocele como ao facultativo de bordo. Trazia ao pescoço, pendente dum trancelim de ouro, a Regra do milagroso patriarca»¹⁷. Em «A Brasileira de Prazins» recorre às qualidades apotropaicas da medalha de S. Bento para corroborar os exorcismos na luta contra o diabo: «Lançou-lhe ao pescoço um santo lenho, um breve de Marca, a verónica de S. Bento...»¹⁸

da mesma versão da Regra de S. Bento, «Revista de História», VIII, 1919, 81-86. Cfr. CORRÊA DE OLIVEIRA; SAAVEDRA MACHADO — *Textos portugueses medievais*, Coimbra, 1959, 372-377.

¹⁵ MARTINS, José V. de Pina — *Para a história da cultura portuguesa do Renascimento. A Iconografia do livro impresso em Portugal no tempo de Duerer*, Lisboa, 1972, 90-91.

¹⁶ *Regra do Glorioso Patriarcha Sam Bento, titrada de Latim em lingoagem Portuguesa...*, Lisboa, por Antonio Ribeiro à custa da Congregação de Sam Bento, 1586; *Regra do Patriarca S. Bento*, 2.^a ed., Mosteiro de Singeverga, Edições «Ora & Labora», 1992.

¹⁷ CASTELO BRANCO, Camilo — *Eusébio Macário*, «Obras Completas», Vol. VIII, Porto, Lello & Irmão — Editores, 1988, 502.

¹⁸ IDEM — *A Brasileira de Prazins*, «Ibidem», 835.

A origem da devoção à Regra de S. Bento deriva, com certeza, do facto do terramoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755. Grande parte de Lisboa foi destruída, mas o mosteiro de S. Bento (actual Assembleia da República), na parte ocidental da cidade, bem como a zona envolvente, ficou incólume. Logo isso foi imputado à protecção do santo fundador da Ordem Beneditina. Por isso, uma publicação da Regra, em 1756, trazia a seguinte e significativa portada: «*Desempenho Sagrado contra todo o Empenho diabólico ou celeste cofre de preciosas Relíquias, contra todo o poder tartárico, permissivamente praticado em horríveis Terramotos (...) dedicado ao Senhor S. Bento por seu indigno irmão e particular Devoto Luis Correa da Sylva, da Comarca de Vila Real. Coimbra, no Real Colégio das Artes da Companhia de Jesú. Anno de 1756*». No prefácio, faz-se explícita menção do terramoto de Lisboa de 1755 e alude-se à «ventura da vizinhança do convento do Patriarca S. Bento».

Na realidade, as minúsculas edições da Regra beneditina, medindo, em geral, cerca de 70X50 mm., eram mandadas imprimir por particulares devotos (filhos ou filhas); apresentavam uma «advertência explicativa», continham o texto integral da Regra e forneciam, depois, uma notícia sobre a cruz ou medalha com as respectivas orações, o «escudo impenetrável» a Santa Bárbara e seu hino, a glosa do *Magnificat* a Nossa Senhora, e ainda oração a S. Roberto para livrar da infestação dos demónios, a benção de Santo Emídio contra terramotos, o responso de Santo António e a Cruz de S. Zacarias como amuleto de defesa contra a peste. Tal como se vê desta breve explanação do conteúdo, a regrinha de S. Bento funcionava, no imaginário devocional, como suporte contra feitiços, tempestades, terramotos e quaisquer espécies de perigos naturais ou malignos¹⁹.

Não deixa de ser curioso anotar como, ainda nas décadas de 1820-1840, fomos encontrar num livro de óbitos de Santiago de Lordelo, Guimarães, o costume de as pessoas se enterrarem amortalhadas em hábito de S. Bento, como, aliás, de S. Francisco, S. Domingos, Santa Clara e Santa Teresa²⁰.

¹⁹ ALBAREDA, A. — *Bibliografía de la Regla Benedictina*, Montserrat, 1933; BROEKART, Jean D. — *Bibliographie de la Règle de Saint Benoît*, T. I: 1489-1750; T. II: 1751-1929, Roma, Studia Anselmiana N.º 78, 1980; *Edizioni della Regola di San Benedetto conservate a Montecassino (Sec. XV-XX)*, Montecassino, 1980.

²⁰ Arquivo Municipal de Guimarães — Alfredo Pimenta, *LORDELO, Livro dos Assentos de Óbitos*, N.º 2. O grande escritor e polemista das *Farpas*, José Duarte Ramalho Ortigão, em 1915, ainda no período da euforia republicana, quis ser enterrado com o hábito de São Bento.

Eis, pois, como ao nível da mentalidade colectiva, funcionam os mecanismos da religiosidade popular e, por consequência, o culto do nosso povo a S. Bento. Enquanto homem, ele sentiu bem as nossas fraquezas e necessidades dos mortais; mas, enquanto santo e, por isso, mais próximo de Deus, pode interceder pela doença dos homens. É, portanto, um santo milagreiro, especialmente invocado, por razões terapêuticas, para curar doenças da pele e males ruins. Do ponto de vista antropológico, quantas descrições se poderiam fazer das promessas, dos sacrifícios, das mortalhas, das orações com que o bom povo do Minho recorre à poderosa intercessão do Senhor São Bentinho! E que dizer ainda das festas e romarias com que o celebram? Como não apreciar as suas imagens amaneiradas (ancião de barbas veneráveis, paramentado com roquete, mitra e báculo, qual bispo da Santa Igreja, ou jovem monge revestido da ampla cogula monástica, segurando a Regra e empunhando o báculo como autoritário abade) trabalhadas por santeiros populares, ou os curiosos registos de devoção, trazidos para casa como emblema meta-cinético das virtudes do santuário aonde se fez romaria? Como não ouvir interessadamente os versos dos romeiros ou os sermões inflamados de notáveis oradores sagrados? E como não admirar as procissões majestosas, os andores engalanados, os arcos imponentes, o foguetório de arromba e as girândolas vistosas e lacrimogêneas com toda a babélica barafunda das feiras populares, onde o profano e o religioso, para regalo dos crentes, se irmanam em apetecida e convivial parceria?

Mas S. Bento é santo mesmo e também particular advogado da convivência pacífica entre vizinhos. Daí a razão porque, à noite, sobretudo no Entre Douro e Minho, as mães de tradição mais devota, acrescentam, no fim das rezas em família, a jaculatória popular: «São Bentinho milagroso nos livre das coisas ruins, dos males desconhecidos e dos maus vizinhos da porta!»

Afinal o São Bento, austero fundador da ordem beneditina com todo o rigor da sua Regra disciplinadora, não desdenha, tal qual o «Bom Jesus», que dele se sirvam como santo milagreiro, prodigalizando aos fiéis de Deus e pobres mortais os benefícios tão valiosos e humanitários da sua intercessão nas horas angustiosas de doença. Emparceira, por isso, com os grandes santos da devoção popular, padroeiros e advogados contra as doenças e males dos homens, e o seu culto popular funciona, quase sempre, como uma forma de terapêutica religiosa.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento N.º 1

SUMÁRIO: 1195, Dezembro

Godinho Afonso, filho de Exemena Varela, faz carta de venda a Afonso Varela da herdade de Lagoa, isto é, dois casais sob o Monte de S. Bento no correr do rio Vizela, declarando ter recebido o preço e a rébora.

ANTT, *Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho*, Maço 1, N.º 20; Pergaminho de 230´85 mm., letra carolina, Bom estado.

In Christi nomine. Ego Godinus Alfonsu filio de Exemena Varela, placuit mihi ut facerem tibi Afonsu Varela kartam venditionis de hereditate mea propria quam habeo in villa Lagona videlicet portionem de duos casales subtus mons de Sancto Benedicto, discurrente flumen Avizela, territorio Bracara. Doco et concedo tibi omni hereditate quam ibi habeo et habere debeo per ubi illam potueritis invenire pro que accepi de te in precium I morabitinum cum sua robora quia tantum mihi et tibi placuit, et de precio nihil remansit apud te. Habeas tu illa firmiter et omnis potestas tua in secula seculorum. Si aliquis homo venerit qui hanc kartam rumpere voluerit, pariat vobis ipsam hereditatem duplatam et insuper D moravedis. Facta karta mense Decembro Era MCCXXXIII. Ego Godinus tibi Afonsu Varela hanc kartam propriis manibus ro+bo+ro.

Pro testibus Petrus, Menendus, Pelagius testes. Martinus notuit.